

## **IDEIAS DE ÁFRICA: CONCEITO SUBSTANTIVO E A CONSCIÊNCIA HISTÓRICA DE ESTUDANTES BRASILEIROS E PORTUGUESES**

**ADRIANE DE QUADROS SOBANSKI\***

No ano de 2003 foi criada e implementada a Lei 10.639, tornando obrigatório o Ensino de História da África e da cultura afro-brasileira e africana. Enquanto professora de História das redes pública e privada, a leitura dessa nova legislação me fez pensar em como isso ocorreria na prática, sobretudo no que se referia ao posicionamento dos professores diante dessa obrigatoriedade. Dessa angústia surgiu a dúvida e, com ela, a pesquisa e elaboração de uma Dissertação de Mestrado. O presente trabalho busca relatar uma parte dessa pesquisa, especialmente dedicada à investigação da ideia substantiva África de estudantes brasileiros e portugueses.

É de conhecimento de todos que atuam na área que a maioria dos cursos de História, pelo menos até então, não destinavam uma atenção especial ao ensino de História da África.

Buscando entender a relação que se estabeleceria entre os professores de História e a obrigatoriedade desse novo conteúdo escolarizado, a decisão de realizar uma pesquisa nessa área se apoiou na metodologia da Educação Histórica. De acordo com essa perspectiva, o aluno passa a ser percebido como agente de sua própria formação, com ideias prévias sobre a História e com várias experiências, assim como o professor passa a ter um papel de investigador constante, necessitando problematizar suas aulas em diversas situações.

Na perspectiva da Educação Histórica fica evidente uma grande preocupação com a forma com que crianças e jovens em idade escolar fazem a leitura histórica do mundo, entendendo a existência das ideias prévias como ponto de partida para qualquer intervenção nas aulas de História. De acordo com Melo, “os alunos têm ideias tácitas sobre acontecimentos ou instituições históricas e essas ideias funcionam como uma fonte de hipóteses explicativas para compreender o passado, as instituições, as pessoas, os valores, as crenças e os comportamentos”. (MELO, 2000).

Igualmente significativo é o conhecimento das concepções dos professores sobre a natureza da sua disciplina e sobre seu ensino. O professor, entendido nesse processo também

---

\* Doutoranda Em Educação pela UFPR. Orientação Professora Dra. Maria Auxiliadora Schmidt. Pesquisadora do Laboratório de Pesquisa em Educação Histórica – LAPEDUH/UFPR.

como um investigador, passa a ter uma participação ainda mais importante na relação entre as ideias tácitas que os alunos possuem e a leitura de mundo que devem realizar nas aulas de História.

Entendendo que professores e alunos são sujeitos com experiências próprias, convivendo no mesmo universo, o escolar, tornou-se necessário investigar as interferências que os professores provocam no processo de cognição histórica dos jovens.

Devido à forte relação existente entre Brasil e Portugal, sobretudo tendo a África como importante elo, esta pesquisa buscou encontrar nas ideias de professores e estudantes dos dois países as respostas para os questionamentos propostos.

Para isso foi elaborado um questionário com questões abertas e fechadas destinado a professores de História de Brasil e de Portugal. Com as respostas obtidas, foram reelaboradas, novamente, questões abertas e fechadas. Estas, destinadas aos jovens estudantes de ambos os países.

Assim, enquanto estudo de caso, a pesquisa foi pautada nas ideias de África apresentadas por jovens estudantes brasileiros e portugueses entre 13 e 15 anos de idade do 9º ano do Ensino Fundamental. Sem esquecer a Educação Histórica como norte desta investigação, as ideias apresentadas pelos estudantes dos dois países foram elementos significativos para tentar compreender como acontece o processo de aprendizagem da História, sobretudo com relação ao conceito substantivo África.

*Conceitos disciplinares, de segunda ordem, tais como mudanças e evidências, estão envolvidos em qualquer história, qualquer que seja o conteúdo. Outros conceitos, como comércio, nação, protestante, escravo, tratado ou presidente, são encontrados quando lidamos com tipos particulares de conteúdos históricos. Eles são parte do que podemos chamar de substância da história e, então, é natural chamá-los de conceitos substantivos.  
(LEE, 2005, p. 1).*

## **Ideias prévias dos estudantes como ponto de partida para a Educação Histórica**

Muitos investigadores de Educação Histórica defendem que devemos possibilitar às crianças o contato com os procedimentos através dos quais se constroem as narrativas e as explicações históricas. Elas devem compreender o que faz com que uma narrativa seja

histórica, como se constrói, como funciona em relação a outras narrativas históricas, quais os suportes dos argumentos históricos. Collingwood afirma que “para a história, o objeto a descobrir não é o simples acontecimento, mas o pensamento nele expresso. Descobrir esse pensamento é já compreendê-lo”. (Apud ARÓSTEGUI, 2006)

Os conceitos que os estudantes carregam surgem de suas experiências e ajustam-se a padrões de comportamento que nem sempre são compreendidos, mas que esses mesmos estudantes acreditam ser “normais”. Lee (2005) acredita que os estudantes necessitam conhecer alguma história substantiva bem: eles necessitam ter uma fundamentação profunda de conhecimento factual e conceitual e entender estes fatos e ideias em uma estrutura mais ampla. A qualificação “alguma” história é importante porque aquilo que os alunos realmente conhecem deve ser gerenciável. E como esse conhecimento é gerenciável, deve ser organizado de modo que os alunos possam acessá-lo e usá-lo, sabendo como fazer avaliações cautelosas e realísticas sobre quanto e em quais circunstâncias ela é aplicável. Nós, no entanto, precisamos considerar o tipo de história que permitirá que isso seja alcançado.

*Nós podemos dizer que o conhecimento substantivo dos alunos poderia ser organizado de uma forma usável de modo que pudessem relacioná-lo a outras partes do passado e do presente. Isto significa que os alunos necessitam adquirir uma proposta utilizável do passado, um grande quadro organizado por conceitos substantivos sobre os quais eles, de modo crescente, entendem e podem refletir. Isto também significa que eles também precisam de um conhecimento aprofundado de passagens (não demasiado longas) contidas no passado, com tempo para explorar o jeito de vida e a visão de mundo das pessoas que estão estudando. Isto permite a eles a começarem a ter consciência das inter-relações complexas envolvidas e serem pensativos e reflexivos sobre analogias que fazem com outros tempos e lugares. (LEE, 2005, p. 8)*

Nas respostas desses estudantes foi possível perceber o quanto das narrativas dos professores interferem nas suas ideias. Da mesma forma, os estudantes dão conceitos que não são históricos, mas “conceitos-gênero”, aqueles apontados por Rüsen (2007) como sendo apenas elementos da linguagem, como África, e utilizados pelos historiadores. Todos apresentaram uma “proto-narrativa” (Rüsen, 2001), aquilo que a Educação Histórica classifica como “conhecimentos tácitos”, ou seja, todos sabem história e, portanto, conhecem algo sobre a África. Esse conhecimento, no entanto, não é científico, mas baseado em senso-comum.

De acordo com Lee (2003), é fundamental entender as ideias históricas que as pessoas têm e compará-las com as de outros tempos. A História tem que ser contra-intuitiva, uma vez que a criança tem que se colocar no lugar do Outro.

Os estudantes, normalmente, não apresentam contato com as fontes, o que para a Educação Histórica é uma condição fundamental para desenvolver o conhecimento histórico e a capacidade de reflexão. Aqui, novamente, é um ponto que demonstra a falta de envolvimento dos professores com a sua ciência de origem, ou seja, a própria História. A falta de contato com as fontes torna-se um problema, uma vez que é fundamental que os estudantes entendam o caminho percorrido na construção histórica, pois ao se apropriar desse processo, os sujeitos têm condição de se apropriar da ciência. A apropriação de um pensamento científico passa pelo entendimento de como o historiador se apropriou do real.

### **Investigação com jovens estudantes brasileiros**

Analisando as respostas dadas por 24 jovens estudantes brasileiros, foi possível perceber como os conhecimentos tácitos são adquiridos na vida social. Exemplo disso é que a totalidade dos estudantes respondeu que a legislação que torna obrigatório o ensino de História da África é uma medida “adequada por causa da grande presença de pessoas negras no país” (TABELA 1). Em segundo lugar, a resposta que mais apareceu pode ser considerada um complemento da primeira, uma vez que afirma ser a lei uma “medida bastante justa”.

TABELA 1 - O QUE ACHA DESSA MEDIDA	
Uma a medida bastante justa.	6
Uma lei sem sentido.	X
Deveria ser apenas um complemento da História do país.	3
Uma decisão exagerada.	1
Adequada por causa da grande presença de pessoas negras no país.	14

Partindo da ideia de Dubet, aqui podemos constatar a homologia da experiência, ou seja, numa turma com 24 jovens alunos, sujeitos diversos e opiniões diversificadas, as experiências com relação a essa informação parecem semelhantes, uma vez que as respostas foram direcionadas para uma opinião muito próxima com relação à necessidade de estudar a

História da África. Não levamos em consideração aqui, ainda, quais suas ideias sobre a África.

Na segunda questão (TABELA 2), ao serem interrogados sobre a aplicabilidade dessa mesma legislação em Portugal, os jovens brasileiros demonstraram certo desconhecimento de como a África aparece enquanto elo entre Brasil e Portugal. Dos 24 jovens, 12 responderam que “talvez sim”, fosse possível aplicar a mesma lei em Portugal e 06 deles afirmaram que “seria difícil”.

TABELA 2 - ACHA QUE ISSO DARIA CERTO EM PORTUGAL

Talvez sim.	12
Com certeza.	1
Não daria certo.	2
Não faria sentido.	3
Seria difícil.	6

A relação que se faz presente demonstra a forma como a consciência histórica se constrói no ensino de História, uma vez que a maioria das respostas faz referência à colonização portuguesa e à utilização da mão-de-obra escrava africana. (TABELA 3)

Uma visão culturalista predomina em seus argumentos, demonstrando elementos de uma cognição situada, como na resposta de Carlos (13 anos) ao afirmar que “a Europa inteira colonizou a África”. Apesar disso, a organização temporal parece muito precária, já que apontam a África como um país e não como continente. Ana (14 anos) diz que “Talvez assim eles ficassem sabendo um pouco sobre o país que eles dominaram”.

Há uma forte referência à questão da escravidão e do racismo nos argumentos apresentados, informando que a perspectiva culturalista da África levanta elementos que enquadram esse continente a um fornecedor de mão-de-obra escrava, emprestando sentido àquilo que a maioria dos jovens estudantes brasileiros sabe.

Um diferencial aparece apenas na resposta da Thiago (13 anos), pois este consegue realizar uma orientação no tempo ao relacionar a África com a atualidade e seus problemas decorrentes da colonização, mas também como um continente com elementos modernos, seja do ponto de vista dos problemas sociais como da inserção mundial através do esporte, como o

caso do futebol e da realização de uma Copa do Mundo. Assim mesmo, a África é mencionada de modo absoluto, como se fosse um todo, lembrando que a Copa do Mundo de 2010 ocorreria na África do Sul e não no continente inteiro.

TABELA 3 - TALVEZ SIM

Matheus - “Pois hoje em dia as pessoas de Portugal têm consciência do que fizeram seus descendentes mais antigos”.
Mylla - “Talvez sim, pois assim como no Brasil, Portugal também é formada por africanos”.
Lúis - “Pois esse tempo de escravidão negra já passou apesar de haver vários racistas em Portugal”.
Ana - “Talvez assim eles ficassem sabendo um pouco sobre o país que eles dominaram”.
Carlos - “Porque a Europa inteira colonizou a África”.
Gustavo - “Porque a África também faz parte da história de Portugal”.
Bruno - “Pois algum as pessoas gostam da história da África, por isso alguns gostam de estudar”.
Bruna - “Pois se algum as pessoas não fossem tão racistas daria muito certo. E muitas pessoas acham isso desnecessário”.
Pedro - “Pois Portugal também teve algumas colônias na África”.
Filipe - “Algumas pessoas aceitariam e outras não”.
Carlos - “Porque seria um complemento cultural no ensino”.
Thiago - “Porque existem muitos negros no mundo inteiro e para todos conhecer um pouco mais da África e pensar (refletir) um pouco que existe muitas coisas ruins na África como: doenças como a Aids, roubos e outras coisas. Mas também na África existem roubos como em qualquer outro lugar do mundo. A África também tem suas maravilhas, e inclusive a copa do mundo será na África”.

Nas argumentações que defendem a dificuldade de se colocar essa lei em prática, foram obtidas as seguintes respostas:

TABELA 4 - SERIA DIFÍCIL

Joel - “Porque Portugal teve várias colônias africanas (escravizaram os negros) e provavelmente a maioria dos portugueses criticaria essa idéia. No entanto, alguns gostariam, pois poderiam auto-criticar-se em relação a com o maltrataram os negros.”
Alexandre - “Acho que seria difícil, pois a presença de negros lá não é tão grande quanto no Brasil”.
Guilherme - “Seria difícil porque a população afro-descendente não é grande como no Brasil”.
Lucas - “Porque o povo português sentiria vergonha de seu próprio país”.
Rodrigo - “Pois foram os próprios portugueses que trouxeram os africanos para o Brasil para

escravizá-los.

Leonardo - “Seria difícil, pois Portugal é um país com poucos negros. Mas por outro lado poderia dar certo, pois Portugal foi formado também por africanos”.

O brasileiro Joel (14 anos) chega a afirmar que os portugueses poderiam “auto- criticar-se” com relação ao seu comportamento no período colonial, apresentando uma ideia mais elaborada sobre o assunto. “Porque Portugal teve várias colônias africanas (escravizaram os negros) e provavelmente a maioria dos portugueses criticaria essa ideia. No entanto, alguns gostariam, pois poderiam auto-criticar-se em relação a como maltrataram os negros.” Na sua afirmação aparece certa consciência histórica, com alguma orientação temporal, uma vez que menciona a colonização portuguesa na África e a escravização de africanos.

Da mesma forma, os jovens brasileiros Guilherme (13 anos) e Alexandre (14 anos), apresentam respostas semelhantes ao afirmarem que em Portugal não há um número considerável de negros que justifique uma legislação em prol da História da África. Sujeitos diferentes apresentam em suas respostas experiências semelhantes, no caso, da ausência de informações sobre as relações entre Portugal e a África.

Pesa, ainda, sobre essa falta de articulação acerca das informações sobre a África, uma ideia de pertencimento. A ideia de Nicolas (13 anos) responde negativamente a pergunta sobre a conveniência de estudar a História da África em Portugal: “Porque a África não pertence a Portugal e sim ao Brasil”.

Lucas (13 anos) afirma que haveria certo incômodo com relação a essa temática, já que “o povo português sentiria vergonha de seu próprio país”. Não fica claro o tipo de vergonha. Existe uma cognição histórica, um tipo de informação sobre a África, mas ela não é situada, pois não justifica o tipo de vergonha nem o motivo dela existir.

Rodrigo (14 anos) parece afirmar que, como Portugal patrocinou a escravidão no Brasil não faria caso de ensinar tal questão na escola. Sua resposta apresenta uma racionalidade histórica, pois apresenta elementos de uma historiografia dominante na produção de conhecimentos sobre a África, embora sem conseguir se orientar no tempo. A escravidão foi patrocinada por portugueses no passado e, portanto, é um assunto que não se deve mencionar no presente.

A investigação procurou descobrir porque seria interessante aos jovens alunos estudar sobre a África. (TABELA 5) Da mesma forma que se observou nas respostas dos professores, os jovens alunos demonstram que a cultura é a categoria articuladora da experiência com relação ao tema África.

A população do Brasil e de Portugal foi formada também por africanos.	08
Porque a África foi dominada pelos portugueses e os africanos levados para Brasil e Portugal.	04
Por causa do Egito.	03
Porque nossa cultura é formada por muitos elementos africanos.	17
Não seria nada interessante.	01

A maioria dos estudantes apontou como relevante o fato de a África ter relação com nossa identidade portuguesa e brasileira. Isso pode parecer contraditório, uma vez que em questões anteriores a maioria dos estudantes não entendia a necessidade de se ensinar a história da África em Portugal devido a pouca relação entre aquele continente e o país europeu.

Classificação	1° lugar	2° lugar	3° lugar	4° lugar	5° lugar
Ela lembra um continente.				2 vezes	
É um mosaico de vários povos.					1 vez
Local que fornecia os escravos para a América.			3 vezes		
Tem relação com nossa identidade portuguesa e brasileira.	10 vezes				
Local de grandes civilizações, como a egípcia.		9 vezes			

Ao serem inquiridos sobre qual ideia a África mais aparece em sua memória, as frases mais citadas pelos professores brasileiros e portugueses foram aquelas que aparecem na

Tabela 6, a seguir. Utilizadas no questionário destinado aos estudantes, essas frases deveriam ser ordenadas de acordo com a importância que davam para cada uma delas.

Há ainda que se observar que vários jovens brasileiros afirmaram que Portugal não tem um número relevante de população negra ou afro-descendente, demonstrando que a relação África – Portugal - Brasil não acontece de maneira significativa, embora saibam que foram os portugueses que promoveram a vinda de africanos ao Brasil. É o caso da resposta de Gabriela (13 anos) ao afirmar que “como em Portugal não houve escravos e a população negra é quase nula não faria sentido estudá-la”. E Paulo (14 anos) argumenta que “não faria sentido por não existir uma quantidade significativa de negros no país”.

Como já foi dito no início desta análise preliminar acerca das ideias dos estudantes sobre a África, pudemos constatar que as ideias apresentadas pelos professores dominam as ideias dos jovens, os quais desconhecem o percurso da construção historiográfica que define os parâmetros a serem estudados sobre determinado tema.

Perpetua-se, assim, uma cognição baseada exclusivamente numa perspectiva historiográfica presente nas explicações de professores e manuais didáticos.

### **Investigação com jovens estudantes portugueses**

O mesmo questionário aplicado para jovens brasileiros foi encaminhado a Portugal e lá 31 estudantes apresentaram as suas respostas. Nos argumentos apresentados pelos jovens estudantes portugueses, podemos perceber uma grande dificuldade de localização geográfica e temporal. Em várias respostas se apresenta a África como sendo um país e não um continente. Aline (14 anos) conclui que “as pessoas se iriam interessar pela história de outro país, neste caso da África”, assim como José considera que “Já que falamos de vários povos de outros países, África parece-me um país interessante para aprofundar os nossos conhecimentos”.

Do mesmo modo, estudar a África aparece como uma concessão que se faria a qualquer outra cultura considerada, até mesmo, exótica. Não há nenhuma relação de pertencimento ou identidade com relação àquele continente.

Dos 31 jovens portugueses (Tabela 1), 13 afirmaram que a História da África deveria ser estudada apenas como um complemento à História portuguesa. É o mesmo argumento

utilizado pelos professores portugueses, que afirmam não haver necessidade de estudar a África de forma “isolada”.

Em segundo lugar, com 08 escolhas, aparece a ideia de que a legislação é uma decisão exagerada. Aos jovens estudantes portugueses falta a oportunidade de compreender os laços que se criaram entre Portugal e o continente africano. Resta, ainda, um olhar sobre o Outro, como se além de ser um outro continente, a África também se localizasse em outro período histórico, aquele do período colonial.

TABELA 1 - O QUE ACHA DESSA MEDIDA

Uma a medida bastante justa.	4
Uma lei sem sentido.	1
Deveria ser apenas um complemento da História do país.	13
Uma decisão exagerada.	8
Adequada por causa da grande presença de pessoas negras no país.	5

Seria plausível afirmar que os olhares sobre o Outro estariam impregnados do “estranhamento”, da dificuldade de emprestar significados e aceitar as diferenças. Ao mesmo tempo, tal relação é fundamental para a afirmação/reelaboração da própria identidade. Nesse movimento os europeus emprestaram, quase sempre, um aspecto de inferioridade aos povos da região. (OLIVA, 2003, p.432)

Em grande maioria, os jovens portugueses acreditam que talvez a mesma legislação que se estabeleceu no Brasil desse certo em Portugal (Tabela 2). 16 alunos assinalaram que talvez sim, que desse certo, mas sempre de um ponto de vista que coloca a África dentro da História a partir do contato com Portugal.

TABELA 2 - ACHA QUE ISSO DARIA CERTO EM PORTUGAL

Talvez sim.	16
Com certeza.	4
Não daria certo.	5
Não faria sentido.	4
Seria difícil.	5

Assim como aparece nas respostas dos jovens estudantes brasileiros, a questão cultural perpassa pelas ideias dos jovens portugueses, embora a África, nesse sentido, tenha sido tratada como um conceito-gênero e não um conceito histórico. (Tabela 3)

O eurocentrismo que aparece nos argumentos dos professores também se faz presente nas respostas dos jovens para justificar suas opiniões acerca da plausibilidade da legislação em Portugal. Temos essa referência nas respostas de vários estudantes portugueses a seguir.

Clara (15 anos) respondeu que talvez fosse interessante estudar a África “Porque nós fomos para a África ensinar os nossos costumes por isso não nos fazia mal nenhum conhecer um pouco da história da África e da cultura afro”. Temos um claro demonstrativo de uma consciência histórica fundamentada na ideia eurocêntrica. Foram os portugueses, dotados de uma civilidade que cumpriram seu papel de ensinar costumes aos africanos, como se aqueles não tivessem uma cultura própria ou, o que é pior, uma historicidade particular. Do mesmo modo, ao afirmar que não faria mal conhecer um pouco da história da África e da cultura afro, aponta uma ideia de que em seu país não existem elementos culturais africanos.

Flora (14 anos) completa: “Porque África tem pouca história”. Essa perspectiva representa a limitação do conhecimento e da identidade que se manifesta com relação ao continente africano, da mesma forma como revela a “inferioridade” que se entende com relação à África. Seguindo os argumentos defendidos por vários alunos portugueses, apenas Portugal tem História e a África representa um simples complemento, por isso não teria como ser estudada de “modo isolado”.

Tomas (14 anos), por sua vez, escreveu que a “África foi um ponto de grande importância da história de Portugal, porque foi das maiores conquistas de Portugal e faz-nos lembrar uma época de bonança e conquista por parte dos portugueses.” A orientação que se faz é por meio de uma história oficial, que apresenta os portugueses como um povo que proporcionou a outro o contato com a civilização. É a ideia da superioridade europeia emprestando significado à existência de um continente inteiro. É uma vertente que procura reafirmar Portugal como ponto de partida para a localização da África.

TABELA 3 – TALVEZ SIM

Rafael - “Esta medida poderia ser bem aceita em Portugal devido à grande “história” que Portugal tem com o continente africano. Seria deste modo importante e igualmente interessante em Portugal termos esta medida”.

Maria - “Porque devemos saber um pouco da história de cada país”.

Otávio - “Porque há várias pessoas não sabem nada sobre a História da África e assim enriqueciam a sua cultura”.

Clara - “Porque nós fomos para a África ensinar os nossos costumes por isso não nos fazia mal nenhum conhecer um pouco da história da África e da cultura afro”.

Fernanda - “Essa medida poderia dar certo em Portugal porque aumenta o conhecimento de outras regiões para cada estudante e o conhecimento requerido por ambos iria ajudar significativamente a história geral que se relaciona com nosso país. A medida, após ser estabelecida, tanto os professores com o os alunos iriam obter um a maior informação acerca dessa cultura e a sua aprendizagem , apesar de ser mais estudada e com um maior trabalho a nível profissional, seria um grande conhecimento sobre essas culturas e regiões”.

Aline - “Porque acho que as pessoas se iriam interessar pela história de outro país, neste caso da África”.

Isabella - “Eu acho que seria difícil porque teríamos muita matéria para estudar e podíamos baralhar as ideias, mas depois de nos “avituarmos” à ideia de ter que estudar a cultura de Portugal e África.”

Margarida - “Porque não fazia sentido estudarmos tanto tempo a cultura de África”.

Helena - “Eu acho que sim porque África com o teve influência no nosso país faz sentido nós também estudar sobre África”.

José - “Já que falam os de vários povos de outros países, África parece-m e um país interessante para aprofundar os nossos conhecimentos”.

Mirian - “Não sei, talvez devido a um a certa população do nosso país ser negra, talvez por isso”.

Laís - “Seria difícil porque a matéria já é bastante, mas fazem algumas referências sobre África”.

Larissa - “Pois o passado de Portugal passou muito por África, com o os descobrimentos”.

André - “Porque com o se pode aprender a cultura de outras raças também se poderia aprender a cultura africana e que seria uma coisa diferente e nova que se iria aprender”.

Júlia - “Penso que talvez desse certo em Portugal, visto que há sempre quem goste e se interesse por outras culturas que não a nossa. Mas com o todo, há sempre que não se interesse e ignore a cultura além de Portugal. E se para alguns a nossa própria é aborrecida, que farão culturas que não a nossa”.

Marina - “Porque seria injusto um a pessoa de outro país de outra raça não saber da nossa história e talvez as pessoas não fossem tão racistas se soubessem a história de outros países.”

É com esse entendimento de civilização que as ideias dos jovens portugueses são permeadas, uma vez que em várias respostas a África aparece apenas como consequência das aventuras e desbravadores portugueses. A existência daquele continente só foi garantida graças aos europeus. Em que pese que essa existência não garante o direito de ser uma existência de caráter histórico, mas apenas do ponto de vista cultural, com todo o “legado” que os africanos deixaram para as gerações atuais.

Quando os jovens estudantes portugueses se referem à África do ponto de vista da escravidão, revelam que seus olhares ainda estão impregnados do “estranhamento”, da dificuldade de emprestar significados e aceitar as diferenças. De acordo com Lopes (2008), essa ideia perpassa pelo que denominou de “racismo silencioso”, o qual permanece entranhado nas relações sociais desiguais entre os negros e brancos.

*Um racismo que foi herdado desde o período colonial (...), que garantiu a escravização de africanos, baseados em supostas “justificativas” racistas, que hierarquizou e classificou seres humanos em superiores (brancos) e inferiores (negros), tornando estes propriedades materiais daqueles. (LOPES, 2008, p. 38).*

Da mesma forma, ao afirmarem que a África só aparece a partir do momento da chegada dos portugueses, apela-se para a ideia de que “teriam sido os contatos com os europeus que fizeram os africanos perceberem ou serem “obrigados” a aceitar que entre eles existiam elementos de proximidade e de identidade”. (OLIVA, 2003, p. 433).

Interessante é perceber que assim como os professores, os estudantes também demonstram grande preocupação com o aumento dos conteúdos a serem estudados, provavelmente como referência ao currículo de História adotado em Portugal.

TABELA 4 - COM CERTEZA

Augusto - Porque acho que devíamos estudar sobre a nossa história do nosso país, só se envolvesse o nosso país é que devíamos estudar.
Régis - Porque nós já demos matéria sobre África e não é obrigatório.
Marlon - Porque sendo obrigatório no Brasil também pode existir em Portugal, não havendo problemas, acho eu.
Marlus - Porque assim ficaríamos a conhecer melhor a civilização e costumes de África em Portugal e também era melhor porque assim podíamos ajudar.

Augusto (15 anos) afirma “(...) acho que devíamos estudar sobre a nossa história do nosso país, só se envolvesse o nosso país é que devíamos estudar”. Não aparece, nesta resposta, nenhuma aplicabilidade desse assunto na vida prática dos jovens estudantes portugueses. Nenhuma relação se apresenta entre a história de seu país e a daquele continente. Não há laços que os unam histórica ou, como se apresenta em muitas respostas, culturalmente.

Ao escrever seu texto sobre a África, Clara (15 anos) respondeu “Quando os portugueses saíram de Portugal para descobrir partes do mundo e descobrir a África onde implantou a nossa cultura e também recolheu várias matérias-primas e também os escravos que a África fornecia”. Novamente temos a perspectiva da superioridade européia, pois Portugal saiu para descobrir algo que ainda não existia. A África se revela a partir de Portugal e de suas conquistas e capacidades de viajar e de levar a civilização, o conhecimento branco e superior.

Se Portugal “recolheu” várias matérias-primas e também os escravos, é passível de se discutir qual a idéia que os jovens estudantes de Portugal fazem dos escravos, uma vez que parecem estar sendo colocados no mesmo nível das matérias-primas. De acordo com Gilroy (2002) a conexão com a África, hoje, acontece apenas por intermédio do cunho comercial, ou seja, de um vínculo criado a partir da escravidão, da obtenção de produtos e de matérias-primas.

## **Conclusão**

Este trabalho teve impressões muito próximas com relação à legislação e às Diretrizes, pois acreditam no papel dos professores de História enquanto mediadores do conhecimento e do desenvolvimento de uma consciência crítica com relação à História da África.

Uma proposta que tem como objetivo a valorização da História da África e da cultura afro-brasileira precisa passar, primeiramente, pela forma como os professores entendem esse novo conteúdo escolarizado enquanto um conceito substantivo e como trabalham com ele, sobretudo levando em consideração as ideias prévias que seus alunos levam para a sala de aula.

Ficou evidente que a consciência histórica dos jovens estudantes, sejam brasileiros ou portugueses, é elaborada a partir da interferência dos seus professores. A formação dos professores de História precisa desenvolver a consciência de que são, também historiadores e, portanto, precisam realizar pesquisas baseadas em fontes. Se estes não têm uma relação direta com as fontes, o mesmo acontecerá com seus alunos que, portanto, passam a reproduzir um conhecimento apreendido pela explicação de seus professores. Explicações estas que não têm relação direta com a produção do conhecimento histórico.

### Referências Bibliográficas

ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru, São Paulo: EDUSC, 2006.

DUBET, François e MARTUCCELLI, Danilo. **En la escuela: sociologia de La experiencia escolar**. Buenos Aires: Losada, 1997.

GILROY, Paul. **O Atlântico negro: Modernidade e Dupla Consciência**. Rio de Janeiro: Editora 34/ UCAM. Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

LEE, Peter. **“Nós fabricamos carros e eles tinham que andar a pé”**: compreensão das pessoas no passado. In: BARCA, Isabel. (org.) **Educação Histórica e Museus**. Braga: Uminho, 2003. P.19-36.

\_\_\_\_\_. **Putting principles into practice: understanding history**. In: BRANSFORD, J. D.; DONOVAN, M. S. (Eds.). **How students learn: history, math and science in the classroom**. Washington, DC: National Academy Press, 2005. Tradução de Clarice Raimundo.

LOPES, Tania Aparecida. **Professoras negras e o combate ao racismo na escola: um estudo sobre a auto-percepção de professoras negras da rede pública de educação do Estado do Paraná, de escolas localizadas no bairro do Boqueirão, do município de Curitiba, acerca de suas práticas de combate ao preconceito e a discriminação racial no interior da Escola**. Dissertação de Mestrado. PPGE - Universidade Federal do Paraná, 2008.

MELO, Maria do Céu. **O conhecimento tácito substantivo histórico dos alunos: no rasto da escravatura**. In: BARCA, Isabel, org. – **Perspectivas em Educação Histórica: atas das Jornadas Internacionais em Educação Histórica**, 1, Braga, 2000.

OLIVA, Anderson Ribeiro. **A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática.** Revista Estudos Afro-Asiáticos, ano 25, n° 3, set./dez. 2003, p. 421-462.

ORIENTAÇÕES E AÇÕES PARA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS. Brasília: SECAD, 2006. Ministério da Educação / Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade.

PARÂMETROS NACIONAIS CURRICULARES: HISTÓRIA, GEOGRAFIA. / Secretaria de Educação fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1997.

ROCHA, Luiz Carlos Paixão da. **Políticas afirmativas e educação: a lei 10639/03 no contexto das políticas educacionais no Brasil contemporâneo.** Dissertação de Mestrado. PPGE – Universidade Federal do Paraná. 2006.

ROCKWELL, Elsie e EZPELETA, Justa. **A escola: relato de um processo inacabado de construção.** In: Currículo sem Fronteiras, v.7, n.2, pp.131-147, Jul/Dez 2007.

RÜSEN, Jörn. **Reconstrução do passado.** Teoria da História II: os princípios da pesquisa histórica. UNB: 2007.

\_\_\_\_\_. **História Viva.** Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. UNB: 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora M. S. e GARCIA, Tânia M. F. B. **A formação da consciência histórica de alunos e professores e o cotidiano em aulas de História.** Cadernos Cedes, Campinas, v. 25, n° 67, p. 297-308, set/dez. 2005.

SOBANSKI, Adriane de Quadros. **Como os professores e jovens estudantes do Brasil e de Portugal se relacionam com a ideia de África.** Dissertação de Mestrado. PPGE - UFPR, 2008.